

Grupos de catadores autônomos na coleta seletiva do município de São Paulo

Marina Pacheco e Silva
Helena Ribeiro

Resumo

Pesquisa na Cidade de São Paulo identificou dificuldades que grupos de catadores autônomos de recicláveis enfrentam para se inserirem no Programa de Coleta Seletiva oficial. A cidade gera diariamente 16 mil toneladas de resíduos, apenas 1% destinados à coleta seletiva. Entretanto, grupos de catadores coletam informalmente sem ser incluídos nas estatísticas. Foram levantados bibliografia, legislação sobre resíduos, grupos atuantes na coleta seletiva; e aplicados formulários em 13 grupos. Dados indicaram organização e gestão dos grupos, dificuldades, gerenciamento e divisão dos recursos, participantes e interesse de participarem da coleta seletiva oficial. Das dificuldades que os grupos apontaram estão: falta de espaço adequado para guardar, separar e enfardar material coletado; falta de recursos para seu desenvolvimento; e falta de apoio do governo.

Palavras-chave: políticas públicas; grupos de catadores; sustentabilidade; coleta seletiva; reciclagem.

Abstract

A study in the city of São Paulo identified difficulties which independent groups of scavengers face to be included in the local government's selective collection program. The city generates 16 thousand tons of residues daily, only 1% for selective collection. Nevertheless, groups of scavengers collect, informally, thousands of tons of residues, without being included in statistics. The methods were bibliographical and legislation research, and forms were administered to 13 groups that deal with collection. The data enabled to recognize the organization and management of groups, difficulties, administration and division of resources, participants and their interest in participating in the official program. The main difficulties indicated by the groups were: lack of space to sort out, bale, and keep collected material, lack of financial resources and of government support.

Keywords: *public policies; groups of scavengers; sustainability; selective collection; recycling.*

Introdução

Conhecer grupos de catadores organizados, que atuam na coleta seletiva na Cidade de São Paulo, foi o grande desafio desta pesquisa. O tema é muito amplo, existem ainda poucas referências científicas. A opção como objeto de estudo foi pelos grupos de catadores organizados que atuam com a coleta de resíduos sólidos descartáveis e não têm parceria com o Programa de Coleta Seletiva da Prefeitura de São Paulo.

Andar pelas ruas do centro expandido da cidade de São Paulo é a certeza de encontrar trabalhadores puxando carroças e recolhendo materiais descartados. São, em maioria, profissionais desempregados que exercem a função de catadores de resíduos recicláveis e procuram, na venda desses materiais, uma maneira de sobreviver e ter autonomia para decidir sobre as suas necessidades.

Um dos fatores que contribui para esse quadro é o aumento de materiais descartáveis, depositados pelas ruas, que pode ser explicado pelas mudanças dos hábitos de consumo. Por exemplo, até os anos 60, a garrafa de leite de vidro era retornável. Foi substituída por saco plástico, depois por caixa “tetra pak”. Atualmente, vivencia-se a era dos descartáveis: as embalagens de bebidas e de alimentos são produzidas em larga escala, substituindo as reutilizáveis por descartáveis de papel, plástico e alumínio.

A cidade de São Paulo, segundo o Departamento de Limpeza Urbana – Limpurb, coleta diariamente 16 mil toneladas de lixo, destes 9.600 toneladas de resíduos domiciliares, com a seguinte composição: 52,5% de resíduos orgânicos, 28,4% de papel e

papelão, 5,6% de plásticos, 4,9% de metais, 3% de vidro e 5,6% de outros.¹

Os aterros sanitários públicos da cidade de São Paulo chegaram a sua capacidade máxima, e hoje os resíduos sólidos gerados são levados para dois aterros particulares: CDR Pedreira, localizado no Tremembé, e Essencis, localizado no município de Caieiras. As despesas decorrentes da coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos são exorbitantes.

As normas, nas três esferas (federal, estadual e municipal) que regulam os princípios, objetivos, atribuições, ações do governo voltadas ao saneamento, a coleta e reciclagem de resíduos sólidos, têm presente a preocupação com o desemprego e com a melhoria da qualidade de vida. A reciclagem passa a ser, além de atribuição do município para a preservação da saúde pública e a garantia da sustentabilidade ambiental, uma forma de inserção do desempregado na sociedade.

A cidade de São Paulo possui 15 Centrais de Triagem, sob a supervisão da Secretaria de Serviços, vinculadas à Limpurb, e situadas em 15 Subprefeituras. Elas são geridas por cooperativas conveniadas com a Prefeitura. Seus contratos foram legalizados entre fevereiro e março de 2008. Essas cooperativas estão subordinadas às regras estabelecidas pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB, utilizam espaço e equipamento públicos, mediante cessão de uso gratuita, mas com a cláusula de devolução em 30 dias desde que notificadas pelo poder público.

No município de São Paulo, estima-se que existam 20.000 profissionais que exercem a função de catadores de resíduos sólidos, recolhendo 39 mil toneladas de

resíduos mensalmente (Grimberg, 2007, p. 14), enquanto apenas 838 catadores atuam no Programa de Coleta Seletiva da Prefeitura de São Paulo. Isto é, apenas cerca de 4,2% dos catadores estão inseridos no Programa da Prefeitura e recolhem, nesse programa, 6,7% do material recolhido pelos 20.000 catadores não inseridos.

Buscou-se, no estudo, identificar as dificuldades que os grupos organizados autônomos de catadores, que atuam com a coleta seletiva de resíduos recicláveis na Cidade de São Paulo, encontram para se inserirem no Programa de Coleta Seletiva da Prefeitura de São Paulo.

A cidade de São Paulo, o espaço público como local de trabalho

A cidade contribui para a socialização capitalista das forças produtivas, ela é resultado da divisão social do trabalho, porque concentra as condições da produção capitalista. A urbanização capitalista é uma multiplicidade de processos privados de apropriação do espaço, sendo que cada um deles é determinado por regras próprias de valorização do capital (Topalov, 1979, p. 20).

A visão de Topalov representa a dinâmica, a apropriação e as relações de poder, que podem parecer invisíveis, mas estão presentes na vida da cidade.

A cidade de São Paulo tem 1.509 km² e destes, 1.000 km² são urbanizados. Conta com uma população de 10.995.082 habitantes. O seu orçamento, para o exercício de 2008, foi de R\$25,2 bilhões.

Desse orçamento, destinaram-se R\$500.422.421,00² para custear o contrato de “Concessão dos Serviços Divisíveis de Limpeza Urbana em Regime Público”,³ que executa a coleta de resíduos sólidos em 99,2% dos domicílios.⁴

Entretanto, milhares de “carroceiros” também recolhem resíduos descartados passíveis de reciclagem, disputando as vias públicas com 6,7 milhões de veículos e 15 mil ônibus. Uma parcela dos coletores de recicláveis também vive na rua. Segundo a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS (2005), 31% da população de rua são catadores. Para Vieira (1994), a população de rua tende a permanecer em locais que favorecem a sobrevivência. Ela ocupa bairros mais centrais onde, durante o dia, o comércio produz grande adensamento de pessoas e muitos resíduos recicláveis, e que à noite ficam ociosos. A apropriação dessas áreas pelos catadores acarreta um duplo uso: espaço de moradia e de trabalho. Ocorre, assim, uma reorganização, uma reinvenção do espaço público e comum, onde a concepção de casa cede lugar a outra (ibid., p. 103). O que é privado, como comer, beber, dormir etc., torna-se público. O público, enquanto espaço coletivo de circulação, torna-se espaço de morar. Essa subversão de regra faz da ocupação das ruas um fato conflituoso, cabendo ao poder público gerenciar este conflito (Vieira, 1995, p. 43).

Os milhares de profissionais que trabalham como formigas no espaço urbano, procurando, recolhendo, triando resíduos descartados, são invisíveis na sua ação que favorece o meio ambiente e são discriminados pela sociedade, pois a locomoção de suas carroças pela cidade dificulta a fluidez do tráfego.

Figura 1 – Cena de disputa entre os carros e a carroça no trânsito da cidade



Fonte: Rodrigo Marcondes – Folha Imagem

264

O que as pessoas não percebem, afirma Angelo (2007), é que esse trabalho beneficia toda a cidade, pois os resíduos que eles recolhem retornam como matéria-prima e deixam de abarrotar os aterros.

Paciência, motorista, com o pobre do carroceiro. Cala a tua buzina irritada, que o homem que ali vai, puxando sua carga enorme e desequilibrada, trabalha para o teu bem. (Angelo, 2007)

A falta de paciência e uma concepção higienista levam os catadores ao isolamento social, que reduz as suas oportunidades de inserção. O catador de material reciclável necessita atuar em locais onde os resíduos

sejam mais abundantes e isso ocorre nos setores dinâmicos do comércio, que se concentram nos distritos do centro e nos corredores sul-sudoeste (Jardins, Pinheiros, Itaim, Moema, Vila Mariana) (Torres, 2004).

Métodos

Após análise da bibliografia e da legislação pertinente aos resíduos sólidos, a etapa da pesquisa de campo foi subdividida em: definição do perfil dos grupos e levantamento do universo a ser pesquisado, elaboração do instrumento de coleta de dados, pré-teste dos formulários com questões de múltipla

escolha e abertas e sua aplicação a líderes dos grupos de catadores autônomos.⁵

Para a definição do perfil dos grupos objeto da pesquisa, foram considerados os requisitos pré-estabelecidos pelo Programa de Coleta Seletiva da Prefeitura de São Paulo. Esses requisitos exigem que os grupos:

- Estejam constituídos como cooperativas. Para se constituir como cooperativa é necessário no mínimo 20 participantes. A seleção do grupo levou em conta apenas o número de participantes, não tendo sido pré-requisito o grupo já estar constituído como cooperativa, mas ter condições para tal;

- Tenham seu endereço e atuem na cidade de São Paulo;
- Atuem com a catação de materiais recicláveis;

Além dos requisitos legais, mais três requisitos operacionais foram incluídos:

- Serem de conhecimento da pesquisadora as referências do grupo, tais como nome, endereço, telefone, número de participantes;
- Não terem contrato com o Programa de Coleta Seletiva da Prefeitura de São Paulo;
- Concordarem em receber a pesquisadora para a aplicação do formulário.

Universo da pesquisa

Foram identificados 143 grupos. Destes, constatou-se que: 11 eram ONGs; 18 não tinham dados suficientes que possibilitassem contactá-los; 15 se referiam a grupos que não atuavam mais com catação; 3 eram grupos que não atuavam na catação por falta de

espaço físico. Os demais 94 grupos foram classificados em: Centrais de Triagem⁶; Grupos com até 19 participantes; e grupos com mais de 20 participantes. Estes últimos, 13 grupos, constituíram o objeto da presente pesquisa, pois, teoricamente, poderiam ser incluídos no programa da prefeitura.

As questões elaboradas para a coleta de dados tiveram como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a forma de organização, as parcerias estabelecidas pelo grupo, as suas condições econômicas, a forma de gestão, a caracterização dos participantes, o conhecimento do grupo sobre o Programa de Coleta Seletiva do Município, o interesse em participar do programa e a opinião deles sobre as vantagens e as desvantagens em participar do referido programa.

Algumas referências legais

Algumas referências legais são importantes para conhecer o fio que separa a inclusão ou exclusão desses grupos no programa municipal.

A Lei nº 13.430, de 2002, regulamenta o Plano Diretor da Cidade de São Paulo. O art. 7º destaca seus princípios, que demonstram preocupação com justiça social, redução das desigualdades sociais e regionais; inclusão e participação da população, direito ao trabalho, à cidade e à moradia. O artigo 72, inciso IX, indica as “ações estratégicas para a política de resíduos sólidos, entre elas implantar e estimular programas de coleta seletiva e reciclagem, preferencialmente em parceria com grupos de catadores organizados em cooperativas, com associações

de bairros, condomínios, organizações não governamentais e escolas.”

A Lei Municipal 13.478, de 30 de dezembro de 2002, dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana de São Paulo. O art. 2º refere-se aos deveres do Poder Municipal, e o seu inciso V estabelece que compete ao município criar condições para que os serviços de limpeza propiciem o desenvolvimento social, reduzam as desigualdades sociais e aprimorem as condições de vida de seus habitantes. O artigo 6º, inciso VIII, atribui ao município o dever de “contribuir ativamente para a minimização dos resíduos, por meio da racionalização dos resíduos gerados, bem com sua reutilização, reciclagem ou recuperação”.

O capítulo II – Seção III, os artigos 67 e 70 estabelecem permissão às cooperativas de trabalho, integradas por catadores de resíduos sólidos recicláveis, para a prestação de serviços de limpeza urbana e coleta seletiva de lixo e de triagem do material coletado, em regime público, podendo celebrar convênios com as cooperativas interessadas em prestar os serviços, com o repasse de recursos financeiros, materiais ou humanos, com vistas a incentivar sua execução.

O Decreto Municipal 48.799, de 2007, normatiza o Programa Socioambiental de Coleta Seletiva com Cooperativas, tendo como objetivo estimular a geração de emprego e renda e fomentar a formação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, como política de inclusão social. As ações do Programa preveem o apoio à formação de cooperativas e associações de catadores e a implementação progressiva da coleta seletiva por meio das cooperativas e associações, estabelecendo que os contratos da Prefeitura para as atividades de coleta

seletiva estão isentos de licitação. Define, para tanto, cooperativas ou associações como “o grupo de catadores de materiais recicláveis que atuem no ramo de coleta seletiva, legalmente constituído, que gerenciará a Central de Triagem ou a unidade de produção encarregada de coletar, triar, armazenar, beneficiar e comercializar os resíduos sólidos recicláveis”. Ainda determina que “a receita proveniente da comercialização dos resíduos recicláveis será revertida integralmente às cooperativas e associações participantes do programa”.

Há, pelas peças legislativas citadas, amplo amparo legal para que os grupos de catadores atuem na coleta seletiva, desde que organizados legalmente em cooperativa e que estabeleçam parceria com o governo municipal.

Programa de Coleta Seletiva da Prefeitura de São Paulo

O primeiro Programa de Coleta Seletiva do município de São Paulo foi implantado em julho de 1989 (Calderoni, 1999). Para o seu início, a Prefeitura disponibilizou, no bairro de Vila Madalena, a coleta domiciliar de recicláveis porta a porta, em dias diferentes da coleta convencional de resíduos sólidos. Para os bairros que não tinham acesso a esta coleta, colocou à disposição da população containeres em parques ou em áreas de concentração habitacional. As escolas também foram alvo desse programa, contando com um trabalho de educação ambiental desenvolvido por Limpurb.

Todo o material coletado no bairro de Vila Madalena e nos containeres era direcionado para centro de triagem localizado em Pinheiros, implantado junto com o Programa de Coleta Seletiva, sob coordenação do Corpo Municipal de Voluntários – CMV.

São Paulo já tinha uma coleta informal realizada pelos catadores avulsos de rua, os quais recolhiam em torno de 500 toneladas dia, e, para não prejudicá-los, o Programa de Coleta Seletiva evitava a colocação de containeres nas áreas onde eles se concentravam.

Em 1993, a coleta porta a porta foi cancelada, permanecendo apenas os postos de entrega voluntária nos parques da cidade. Em 1997, a Limpurb lançou o Programa “Recicla São Paulo”, tendo como objetivo a coleta e revenda de recicláveis, operacionalizado pelas empresas responsáveis pela coleta tradicional de lixo e prevendo a integração e remuneração dos moradores pelo lixo coletado seletivamente (Calderoni, 1999).

Em agosto de 1997, um grupo de entidades do setor de embalagens apresentou ao Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, um diagnóstico e uma proposta de incentivo à reciclagem e à coleta seletiva, chamada de “uma proposta cidadã”. A proposta previa estímulos aos municípios para implementar coleta seletiva e centros de triagem de resíduos, incentivos fiscais da União e do Estado para catadores e recicladores, campanhas do governo estadual e da sociedade civil para motivar a população, apoio aos catadores para ampliarem a ação de suas cooperativas e desenvolvimento de mercado, por parte da indústria, para os produtos feitos com materiais reciclados (Oliveira, 1997). Entretanto, em setembro

de 1997, a Prefeitura remanejou verba destinada a diversos serviços (dentre eles, da coleta seletiva), para o pagamento de dívidas e R\$511 milhões para gastos com a destinação final do lixo, uma vez que os aterros sanitários estavam sobrecarregados (Huertas, 1997). O programa de coleta seletiva foi considerado deficitário, pois o custo da coleta era muito alto (US\$470 dólares a tonelada) comparado ao valor arrecadado com a comercialização (US\$50 dólares por tonelada). O apoio operacional tornou-se limitado e houve cortes nas campanhas de divulgação. Os containeres coloridos foram substituídos por apenas uma cor, verde, e passaram a receber todos os tipos de materiais a serem reciclados, sendo necessário separar o lixo seco (resíduos recicláveis) do lixo molhado (resíduos orgânicos). Segundo a Limpurb, a falta de investimento levou o programa ao colapso, o material que era depositado nos containeres deixou de ser coletado e se amontoava nos Postos de Entrega Voluntária – PEVs – por dias seguidos, causando mau cheiro e favorecendo a presença de vetores transmissores de doenças.⁷

Com a proximidade das eleições municipais, em junho de 2000, sessenta instituições que atuavam na área social e ambiental criaram o “Fórum do Lixo e Cidadania da cidade de São Paulo”, e elaboraram o documento Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo, com as propostas produzidas no “Encontro Lixo e Cidadania: compartilhando a gestão do lixo de São Paulo”. Essa plataforma ressaltava a necessidade de o poder público, em especial o próximo Gestor da cidade, prever no seu plano de governo ações que valorizassem a importância da redução dos resíduos sólidos urbanos – RSU, o reaproveitamento destes com a participação

dos catadores e a erradicação do trabalho infantil nos aterros. Esse documento foi apresentado aos candidatos à Prefeitura e à Câmara Municipal (Plataforma do lixo e cidadania, 2000).⁸

Reportagem de janeiro de 2001 apresentou as iniciativas das ONGs, que apesar de não contarem com o apoio efetivo da Prefeitura, utilizavam o lixo como forma de gerar renda a seus beneficiários. As ONGs Reciclazaro e Boa Vista Reciclada atuavam na Lapa e no Centro da cidade, respectivamente, e atendiam trabalhadores que anteriormente eram explorados por ferros velhos. Esta reportagem cita pesquisa da FIPE apontando que dos 8.704 moradores de rua, mais de 3000,⁹ atuavam com a catação. Traz, ainda, dados sobre o volume de resíduos gerado na cidade, que era de 14.072 toneladas, sendo aproximadamente um terço de resíduos recicláveis. No entanto, a coleta seletiva só recolhia 4 toneladas/mês, o que correspondia a 0,08% (Viveiros, 2001).

Para a ampliação e retomada do programa de coleta seletiva, em 2002, a prefeitura apresentou nova proposta, que consistia na abertura de três Centros de Triagem. A escolha dos grupos para a gestão das três primeiras centrais foi feita em reunião com representantes da Prefeitura, dos Fóruns de catadores e das entidades Coopamare e Reciclazaro, que já tinham experiência com grupos de catadores. A organização dos catadores foi o grande desafio para esse projeto. Os catadores podiam ser divididos em três grupos: os que assumiam a atividade como profissão, os que dependiam dela, mas tinham vergonha e os que tratavam a atividade como um bico (Folha, 2002).

Sendo uma das atribuições da Prefeitura a capacitação para a inserção no Programa

Socioambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável, a Secretaria do Desenvolvimento Trabalho e Solidariedade, SDTS, em 2002, em parceria com a Unesco e com entidades sociais, desenvolveu cursos de capacitação em Agente Comunitário de Coleta Seletiva. Esses cursos formavam os agentes, que deviam, no final do curso, ter conhecimento da importância da reciclagem, das suas consequências ao meio ambiente, dos tipos de materiais que podem ser reciclados, da diferenciação entre os materiais e saber convencer a população para a separação dos resíduos em suas casas.¹⁰

O Instituto Pólis, em dezembro de 2002, conjuntamente com 67 instituições que atuavam com educação ambiental, inclusão social, econômica e cultural, realizou o “1º Encontro de Educação Socioambiental do Programa Coleta Seletiva Solidária de São Paulo”. Esse encontro foi copromovido pelo Comitê Metropolitano de Catadores, pelo Fórum do Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, pelo Fórum de Desenvolvimento da Zona Leste, pelo Fórum Recicla São Paulo e pela Prefeitura do Município de São Paulo. O objetivo foi a implantação do “Programa Coleta Seletiva Solidária”, para o reaproveitamento de resíduos com vistas à inclusão social, geração de trabalho e renda e mobilização da sociedade. O Programa tinha como princípio a estruturação de um sistema de coleta seletiva associativista, operacionalizado pelas organizações de catadores e com apoio logístico do poder público e capacitação dos catadores para atuarem em cooperativas.¹¹ As Centrais de Triagem começaram a ser implantadas em 2003 (10 centrais), em 2004 foram implantadas mais 4 centrais e em 2006 mais uma, totalizando as 15 centrais existentes. Elas foram

estruturadas a partir de grupos organizados que já atuavam com a coleta nas regiões onde foram implantadas. A central de Triagem da Mooca contava, na época, com 39 cooperados e tinha o apoio de 5 núcleos. Para o início das Centrais de Triagem esses núcleos encaminharam catadores para formarem a cooperativa à qual eles permaneciam ligados, formando uma rede de coleta seletiva na região (Ribeiro et al., 2005). A rede acabou não se consolidando e as Centrais de Triagem passaram a operar independentemente dos grupos existentes. Alguns desses grupos deixaram de existir e outros, hoje, pleiteiam o *status* de se tornarem Centrais de Triagem.

Relatório do Limpurb sobre o desempenho do Programa de Coleta Seletiva e Ecopontos, de março de 2007, apontava um custo da coleta seletiva de R\$5.267.976,74 milhões/ano e R\$438.976,74 mensais. O número de cooperados atuando nas 15 centrais de triagem era de 838, que recebiam, em média, R\$649,19 mensais. Triavam, por mês, 2.610 toneladas de resíduos, ao custo de R\$168,10 a tonelada. As principais dificuldades enfrentadas pelo programa, apontadas nesse relatório foram: dificuldade de gerenciamento administrativo; falta de prestação de contas à Prefeitura e a dependência dos cooperados ao Órgão Público; desconhecimento sobre a Lei 5.764/71 que rege o Cooperativismo; a falta de participação da Sociedade na separação dos resíduos; e a falta de uso dos equipamentos de proteção individual – EPI's, pelos cooperados.¹²

Em novembro de 2007, o Instituto Pólis, com entidades que atuam na integração social e educação ambiental na cidade de São Paulo, reuniram 101 pessoas para a elaboração da Agenda de 2008 – Política Pública

de Coleta Seletiva com Inclusão dos Catadores e Catadoras.¹³ O diagnóstico apresentado no encontro demonstra que os números do Programa de Coleta Seletiva da Prefeitura de São Paulo permaneciam inalterados em relação aos dados de 2004, que as cooperativas continuavam reciclando 1% dos resíduos coletados na cidade e que apenas 1.000 cooperados integravam as Centrais de Triagem.

O orçamento de 2007 para a coleta convencional e destinação de resíduos, sob o regime de concessão, foi de R\$479.085.000,00, enquanto o da coleta seletiva foi de R\$6.707.950,00, isto é, 1,4% do orçamento destinado à coleta convencional.

Em contrapartida a esse quadro, grupos de catadores organizados e mesmo catadores autônomos vêm atuando informalmente na coleta, e o material recolhido por eles não é computado oficialmente nas estatísticas. Muitos desses catadores aguardam uma oportunidade de se inserir no Programa da Prefeitura e de receber a remuneração pelos serviços prestados à cidade. A remuneração a catadores participantes da coleta seletiva oficial foi prevista na legislação normativa, mas ainda depende de regulamentação.

A ampliação da coleta seletiva com inclusão dos catadores pode trazer benefícios para a cidade, entre eles: a redução dos custos de operação dos aterros sanitários e aumento de sua vida útil, redução de custos de energia e matéria-prima, ampliação dos números de postos oficiais de trabalho e renda, inclusão de catadores no sistema público de coleta seletiva, aumento de oportunidades de inserção social e reintegração de catadores e suas famílias e conservação de recursos naturais.

Agentes ambientais, carrinheiros, carroceiros, recicladores, catadores

Agentes ambientais, catadores, carrinheiros, carroceiros, profissionais do “lixo”. Existem diversas formas de denominá-los. Esses profissionais garantem seu sustento e de sua família através da catação de materiais descartados como “lixo”, encontrados nas ruas, nas indústrias, nas residências e usam a tração humana para puxar carroças e se locomoverem.

Birbeck denomina os catadores *self-employed proletarians*, considerando que o autoemprego não passa de ilusão, pois os catadores se autoempregam, mas, na realidade, vendem sua força de trabalho à indústria da reciclagem, sem terem acesso à seguridade social do mundo do trabalho (Birbeck 1978 apud Medeiros e Macedo, 2006, p. 65).

Segundo Rodrigues e Cavinato, há mais de 50 anos é bastante conhecido, no Brasil, o catador de papel e papelão que anda pelas ruas nos centros das cidades puxando seu carrinho e remexendo os sacos de lixo na calçada.

A catação é o processo de reaproveitamento do “lixo” mais antigo de que se tem notícia no país. Devido a essa tradição, o Brasil ocupava, no final da década de 1980, uma posição de destaque mundial na recuperação de papel e papelão, à frente dos Estados Unidos e do Canadá. (1997, p. 57)

Ângelo (2007), no conto *A Formiga e o Lixo*, faz uma reflexão sobre quem é o

catador, o trabalho que ele realiza no dia a dia, a pessoa que recolhe o que não consome, a sua função na sociedade, representando a pobreza, a carência, a exclusão, o trabalho de formiguinha que contribui para o Brasil ser o maior reciclador de alumínio.

O homem da carroça, o burro sem rabo,(...) na grande cidade, é um resto. Um rejeito levando rejeitos.(.....) um personagem-símbolo do grande problema, da pobreza, da exclusão, da carência. (Ibid., p. 141)

Para conhecer quem eram esses catadores, a Secretaria Municipal do Trabalho – SMTRAB, realizou uma pesquisa, em 2005. Foram entrevistados 500 profissionais no centro expandido da cidade (SMTRAB 2005). De acordo com seus resultados, 90% desses profissionais eram do sexo masculino, 26% tinham entre 31 e 40 anos e 46% entre 41 e 55 anos, 59% tinham o ensino fundamental incompleto, 23% moravam na rua e 14% em albergues. Concluiu-se que 37% estavam em situação de rua e 50% moravam com a família, 36% moravam na região central da cidade, 57% trabalhavam anteriormente com carteira registrada, 88% eram autônomos.

No entanto, a profissão de catador é legalmente reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, tendo sido inscrita no Código Brasileiro de Ocupações – CBO, pelo nº 5.192 e denominada “catadores de material reciclável”, incluindo nessa classificação – Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata

(cooperativa), Triador de sucata (cooperativa) (CBO – MTE).

Mas, como visto, ter uma profissão reconhecida não garante a esses profissionais o reconhecimento da sociedade, nem a garantia do direito ao seguro social.

Resultados

Os resultados obtidos na pesquisa de campo evidenciaram muitos dos pontos acima descritos. O desconhecimento dos membros do grupo e o seu registro é uma tônica, uma vez que não é prática dos grupos terem ficha de cadastro dos participantes. Dos 13 grupos aos quais foram aplicados os formulários, apenas três se reportaram às fichas de cadastro, para responder às questões. Assim, nem mesmo o grupo conhece seus membros.

No quesito gênero, 11 grupos souberam caracterizar seus participantes, sendo, na média, 47% homens (H) e 53% mulheres (M). Essas proporções entre os gêneros são semelhantes às obtidas por Besen (2006), em estudo sobre associações de catadores de resíduos, em três municípios: 43% do sexo masculino e 57% do sexo feminino. Já na pesquisa realizada pela SMTRAB, 90% dos entrevistados eram do sexo masculino. Tais dados podem ser explicados pelo fato que na pesquisa da SMTRAB só foram entrevistados catadores que estavam puxando carroças. Na presente pesquisa, foi verificado que, nos grupos que utilizam carroça, a percentagem de homens era maior que na média dos grupos (56% homens e 44% mulheres). Segundo relato dos representantes, os homens puxam a

carroça e as mulheres fazem a triagem do material.

Cinco grupos não souberam prestar informações sobre idade dos seus participantes, 3 grupos relataram que a maior parte tem, em média, 30 a 40 anos. Apenas 3 grupos souberam precisar a idade dos participantes. Nestes, 37% dos participantes estavam na faixa de 30 a 40 anos e 38% na acima de 40 anos. No total dos grupos, pode-se afirmar que a faixa etária que prevalece é de 30 a 40 anos. Pesquisa da SMTRAB (2005) demonstrou que 48% dos entrevistados tinham idade entre 41 e 55 anos. Portanto, nas duas pesquisas com catadores, evidenciou-se forte presença de população em idade produtiva.

Quanto à escolaridade, 6 grupos não souberam prestar nenhuma informação, 5 grupos informaram o número de participantes analfabetos e com ensino médio. Só um grupo não tinha analfabetos. Dentre todos os grupos, 72% dos catadores tinham o ensino fundamental completo ou incompleto. Os resultados assemelham-se aos da pesquisa da SMTRAB, de que 75% dos entrevistados tinham ensino fundamental completo ou incompleto, isto é, 5 a 8 anos de estudo. Esta população, portanto, apesar de estar em idade produtiva, encontra dificuldades para se inserir no mercado formal de trabalho. Os dados corroboram a afirmação de Camargo (s.d.) de que a taxa de desemprego entre os trabalhadores semiquualificados no Brasil é mais elevada. Como alternativa de sobrevivência e sustento da família, os trabalhadores semiquualificados optam pela catação. Possivelmente, sua capacitação não atende aos requisitos necessários para vagas de empregos disponíveis, com renda que supere a obtida no trabalho de catação.

Quadro 1 – Síntese das variáveis de análise da situação econômica dos grupos

Grupo	Situação do espaço utilizado pelo grupo	Posse dos equipamentos	Gestão dos recursos	Tomada de decisões	Divisão dos recursos	Arrecadação mensal dos grupos – R\$	Renda mensal dos participantes R\$	Seguridade social – INSS	Fundo de reserva	Investimentos	Forma de coleta
1	PMSP sem cessão	grupo	grupo	coordenação e assembleia	hora trabalhada e produção	62.000,00	1.900,00** 450,00	todos recolhem	não	sim	Parcerias
2	cúria metropolitana	grupo	entidade	assembleia	hora trabalhada	21.000,00	480,00	não recolhem	não	não	Parcerias
3	cedido*	individual	grupo	assembleia	produção	20.000,00	700,00	não recolhem	sim, 10%	não	Parcerias
4	cedido*	entidade	coordenação	entidade + SMADS	dia trabalhado	14.960,00	salário mínimo	não recolhem	não	sim	Parcerias
5	locado	individual e do grupo	grupo	assembleia	hora trabalhada	13.000,00	500,00	não	não	sim	Parcerias
6	locado	individual e do grupo	grupo	assembleia	material e hora trabalhada	20.000,00	700,00	alguns recolhem	sim, variável	não	Parcerias
7	PMSP sem cessão	individual	individual***	assembleia	material recolhido	não tem arrecadação pelo grupo	450,00	não recolhem	não	não	Porta a porta
8	PMSP comodato	individual e do grupo	externo contador	assembleia	individual ou hora trabalhada	30.000,00	1.000,00** 800,00	não recolhem	sim	não	Parceria e entrega de terceiros
9	PMSP sem cessão	grupo	grupo	assembleia	hora trabalhada	4.111,00	700,00** 197,00	não recolhem	não	não	Parceria e entrega de terceiros
10	contratante	grupo	grupo	assembleia	hora trabalhada	40.000,00	900,00	todos recolhem	10%	sim	Parceria
11	PMSP sem cessão	grupo	grupo	assembleia	hora trabalhada	4.000,00	300,00	não recolhem	não	sim	Porta a porta e parceria
12	locado	individual e do grupo	grupo	assembleia	hora trabalhada	não sabem o total	200,00	não recolhem	não	não	Porta a porta
13	cedido*	individual	individual***	grupo + entidade	material recolhido	não tem arrecadação pelo grupo	1.000,00	não recolhem	não	sim	Parceria

* cedido – Utilizam espaço cedido pela SMADS a uma entidade social; ** maior valor e menor valor; *** recolhem individualmente com a carroça.

Sustentar a família era a necessidade de 73% dos membros dos 6 grupos que tinham a informação do local de moradia de seus participantes. Dos demais grupos, 3 informaram que a maioria vivia com a família. Um único grupo informou que 76% dos participantes viviam sós ou moravam em albergues. Este último atuava em parceria com a SMADS, na inserção dos albergados.

Quanto às variáveis de análise da situação econômica, sobressai a questão do espaço físico (Quadro 1). Dos dados apurados na pesquisa, constatou-se que 3 grupos desenvolviam suas atividades em espaço locado, 1 grupo prestava serviço a um grande gerador e utilizava o espaço do contratante, outro grupo tinha o espaço cedido pela Cúria Metropolitana. Os outros 8 grupos (62%) desenvolviam suas atividades em espaços públicos, isto é, espaços pertencentes à Prefeitura, com e sem cessão de espaço. Apenas 1 grupo tinha o comodato por 25 anos para a utilização do espaço, assinado pelo prefeito.

A falta do espaço predeterminado pelo poder público contribui para o uso irregular da cidade e para a utilização do espaço público coletivo, como ruas e praças na execução da triagem do material recolhido pelos grupos. O relato abaixo retrata uma prática dos grupos que atuam informalmente. Ele representa a história de um dos grupos estudados.

O cenário mais marcante da apropriação do espaço público do Largo São Francisco começa depois das 17h, quando, particularmente as praças tornam-se locais de comercialização e beneficiamento de papelão, papel e outros resíduos coletados em toda a região central. Uma

legião de catadores, com suas respectivas famílias, vai chegando, carregando montanhas de sacos de lixo em suas carroças quase medievais. São verdadeiras tropas de seres humanos puxadores de carroças que depositam pilhas de sacos de lixo no chão, e ali mesmo, começam a fazer a separação da fração comercializável. (Serpa, 2001, p. 51 apud Serpa, 2004)

A existência de espaço adequado de triagem também é determinante para a utilização de maquinário. A disponibilidade de balança, prensa, esteira, entre outros equipamentos, contribui para agregar valor ao material coletado e aumentar a renda do catador. O grupo que possui uma infraestrutura melhor tem condições de coletar, triar, enfardar e comercializar uma quantidade maior de resíduos mais valorizados pelo mercado, o que leva a aumentar sua arrecadação.

Para ampliar a quantidade de material coletado, alguns grupos costumam estabelecer parceria com empresas e condomínios, que reservam os seus resíduos recicláveis para que esses grupos os retirem, em dias pré-determinados. Dentre os dados apurados, essa sistemática era praticada por 10 grupos (77%). Dentre esses 10 grupos, 2 grupos, além do material que retiravam, também recebiam material de terceiros pela entrega voluntária nas sedes dos grupos. Os outros 3 grupos recolhiam os resíduos só passando de porta em porta. As parcerias são, portanto, importantes elementos para a sustentabilidade desses grupos, mas exigem a formação de certo grau de capital social, baseado em confiança adquirida (Kawachi et al., 2008). Exige também o reconhecimento,

pelas empresas e pelos moradores desses condomínios, dos catadores como cidadãos, com algum direito, mesmo que restrito aos resíduos descartados pela sociedade de consumo, em que pese eles não apresentarem os requisitos para estarem inseridos nos benefícios do programa municipal.

As propostas de inclusão social e formação de cidadania dos catadores apontam para a necessidade de que os grupos desenvolvam suas ações à luz dos pressupostos da economia solidária. Segundo Singer (2004), a economia solidária pressupõe a repartição dos benefícios de forma igual e menos casual. Para Lechat (2002), a característica central da economia solidária é ser meio de produção que preza o laço social através da reciprocidade e adota formas comunitárias de propriedade. Essa não era a realidade nos grupos pesquisados. Ainda estavam arraigadas nos participantes as ações individuais, com dificuldades de incorporar o coletivo. Provavelmente, essa dificuldade está ligada à necessidade premente de subsistência. A gestão dos recursos auferidos era assim administrada: em 8 grupos (62%) era administrada pelo próprio grupo; em 2 grupos não existiam recursos coletivos, cada catador ficava com o valor auferido pelo seu trabalho; em 1 grupo a administração dos recursos era realizada pelo coordenador que fazia as contas e a divisão dos recursos; 1 grupo contratava uma empresa de contabilidade para a administração dos recursos; e em outro grupo a administração dos recursos era feita pela entidade mantenedora.

O dinheiro arrecadado pelo grupo era dividido pelas horas trabalhadas em 9 grupos (69%). Destes 9 grupos, 3 grupos tinham mais de uma forma de rateio (material

recolhido e produção), 2 grupos não tinham rateio (cada participante ficava com o que havia coletado e arrecadado), o outro grupo era remunerado pelo dia trabalhado.

A atividade de catação, como já foi dito, não era percebida pelos participantes como um trabalho importante, sendo feita na falta de oportunidade melhor de trabalho. Os catadores almejavam ser empregados, receber salário fixo constante, o que não ocorre, ao menos no início, num projeto de economia solidária.

As retiradas mensais realizadas pelos componentes dos grupos variavam dentro do próprio grupo. A menor retirada mensal era de R\$197,00 e a maior de R\$1.900,00. A média de renda mensal obtida era de R\$630,00, o que correspondia a 1,65 salários mínimos. Esse valor médio arrecadado era semelhante aos obtidos em outras pesquisas que abordaram o assunto. Na pesquisa da SMTRAB, 43% dos “carroceiros” apresentavam renda entre 1 e 3 salários mínimos; e na pesquisa de Besen (2006), a renda média correspondia a quase 1,5 salários mínimos.

Quanto às despesas que tinham, variavam de grupo para grupo: 2 grupos não tinham despesas, em 1 grupo as despesas eram assumidas pelo Convênio com a SMADS, em 1 grupo uma parte delas era assumida também pelo convênio com SMADS e nas outras o valor variava de R\$315,00 a R\$13.000,00. As despesas elevadas de alguns grupos referiam-se a locação e manutenção de caminhão, locação de espaço, uniformes, serviços públicos de água e eletricidade, encargos sociais.

Dentre os grupos pesquisados, apenas 2 estavam regulares com a previdência social, e recolhiam o INSS em nome de todos

os membros, em 1 grupo alguns membros recolhiam por si e 10 grupos (77%) não recolhiam o INSS de seus membros. De maneira geral, constataram-se insegurança e falta de amparo social desses grupos em situações de doença, acidentes de trabalho e aposentadoria. Sua situação de exclusão estaria evidenciada como a impossibilidade de acesso a alguns direitos sociais básicos que, em decorrência, leva os grupos nessa situação à condição de subcidadãos: sem direitos, sem consumo e sem ferramentas para superar essa condição (Pochmann, s.d.).

A instância de tomada de decisões era a Assembléia em 10 grupos (77%), em 2 grupos a entidade responsável pelo grupo participava das decisões e em 1 grupo as decisões não incluíam os catadores (eram tomadas pela entidade que administrava o convênio com a SMADS, com o aval desta). As regras estipuladas nos estatutos dos grupos de catadores estudados eram fruto da participação de poucos. De forma geral, os catadores encontram dificuldade para se incorporarem num novo modelo, em que sua participação é requerida. Além do mais, muitas vezes estes estatutos são construídos isoladamente, num processo anterior à integração e mobilização do grupo, pela necessidade de atender às exigências legais do cooperativismo, conforme exposto por Cortegoso e Porto (2008). Os resultados obtidos na pesquisa, nesses quesitos, evidenciam a fragilidade dos laços de confiança estabelecidos entre os membros dos grupos, possivelmente também decorrente da sua alta rotatividade. A rotatividade dos grupos pode indicar a busca por segurança, pelo emprego que garanta uma receita maior e que possa suprir as necessidades básicas do catador, conforme sugerido por Grimberg (2007). Segundo a

autora, um dos fatores que contribui para a evasão, é que a retirada dos catadores avulsos é relativamente maior do que dos que estão em associações. Entretanto, é importante que os laços dos grupos se fortaleçam e que sua organização seja sólida. A capacidade de os grupos se organizarem é que vai permitir que o Estado os incorpore em políticas públicas (Marques, 1999).

Inserção em política pública é alternativa para adquirir cidadania?

O conceito de cidadania adotado neste artigo prende-se às conquistas coletivas, impulsionadas por uma concepção de universalidade, cujo fundamento é o direito de se ter direitos (Kowarick, 2000). Neste contexto, seria o direito à inserção em políticas públicas de coleta seletiva.

A análise das variáveis que demonstram o potencial de inserção dos grupos no Programa de Coleta Seletiva incluía: o interesse dos grupos, as dificuldades levantadas por eles, o conhecimento dos pré-requisitos necessários, as vantagens e desvantagens da participação no programa. A Tabela 1 retrata o interesse desses grupos.

Dentre as vantagens levantadas pelos grupos em relação a participar do Programa de Coleta Seletiva da Prefeitura de São Paulo, destacou-se o caminhão como a maior vantagem. O uso do caminhão possibilita recolher maior quantidade de resíduos e contribui para preservar a saúde e minimizar os riscos a que os catadores estão expostos pelo trabalho precário em carrinhos

Tabela 1 – Interesse dos grupos em se inserirem no Programa de Coleta Seletiva

Variável	Nº de grupos	%
Têm interesse em se inserir no Programa da PMSP	12	92
Já mantiveram contato e oficializaram o interesse em se inserirem no Programa de Coleta Seletiva	4	31
Estão tentando estabelecer contato	2	15
Nunca entraram em contato com a Limpurb para se inserirem no Programa de Coleta Seletiva	4	31
Nunca tentaram, pois não são Cooperativas	3	22
Conhecem os requisitos para estabelecer parceria com o Programa de Coleta Seletiva	7	53

e carroças, realizado com alto grau de periculosidade, insalubridade e sem reconhecimento social (Medeiros e Macedo, 2006). Em segundo lugar, na lista das vantagens, indicaram o material que as concessionárias do serviço de limpeza pública levam para as centrais de triagem operadas pelas cooperativas parceiras do programa da prefeitura. A infraestrutura e o espaço físico apareceram juntos em terceiro lugar. Segundo todos os entrevistados, outra vantagem importante de estarem incluídos no programa da prefeitura era a legalização do espaço. A existência de espaço físico adequado e legalizado é um fator relevante para que o grupo se sustente. Este é objeto do Contrato de Concessão dos Serviços divisíveis de Limpeza Urbana em Regime Público¹⁴ firmado entre a Prefeitura de São Paulo e as empresas Loga e Ecourbis, que têm a concessão para exploração do serviço de limpeza pública em São Paulo. No anexo III do contrato é estabelecido que as empresas deverão construir 17 centrais de triagem, cabendo à Prefeitura indicar as áreas disponíveis para sua construção. Portanto, depende do comprometimento efetivo da Prefeitura e das

empresas para que os grupos tenham local e infraestrutura adequados para desenvolver a triagem de resíduos.

O quesito capacitação não representava um empecilho à não inserção desses grupos no programa municipal. Segundo Grimberg, o catador de rua, para integrar-se a um processo de trabalho cooperativado, necessita passar por um processo de capacitação, que contribua para valorizar o trabalho coletivo (Grimberg, 2007). O processo de construção de um empreendimento economicamente solidário é lento e necessita ser constante para que a formação e a qualificação sejam incorporadas e as atitudes mudadas (Mello, 2005).

A participação no programa municipal pressupõe a capacitação dos catadores envolvidos. No caso dos grupos entrevistados, apesar de não participantes do programa municipal, apenas 1 não havia recebido nenhum tipo de capacitação. Dos demais, 10 grupos receberam capacitação administrativa e gerencial, 3 grupos receberam qualificação profissional para atuar com a reciclagem, 6 grupos capacitação jurídica, 9 grupos foram capacitados na área de organização e

integração para o trabalho. Dentre os outros cursos realizados, 3 grupos citaram o de cooperativismo, um grupo de autogestão e um grupo de logística. Relacionando a participação nos cursos com o tempo de existência do grupo, pode-se verificar que os grupos que mais tiveram capacitação tinham 10, 13 e 6 anos de existência. Um dos grupos, que tinha 18 anos de existência, informou que continua em processo de capacitação permanente, sendo o único que relatou esse fato.

Assim, a formação de capital humano não era uma prerrogativa dos incluídos no programa municipal. Entretanto, como afirma Pochmann (2002), as práticas do empreendedorismo se desenvolvem de forma conflituosa, e trabalhar esses conflitos é um modo de aprimoramento. Mas, para que haja esse aprimoramento, é necessário o acompanhamento, o monitoramento e a instrumentalização constantes. A inclusão num programa público poderia prover essa constante instrumentalização.

Dentre as desvantagens de participar do programa municipal, as maiores preocupações eram com a perda da autonomia por parte dos grupos e com a mudança de gestão administrativa na Prefeitura, pois essas mudanças sempre interferem no gerenciamento dos grupos.

Outra desvantagem apontada foi a exigência legal de que o grupo tenha 20 membros para se constituir em cooperativa e poder estabelecer parceria com a prefeitura. Alguns grupos, quando questionados sobre o número de participantes, relataram a dificuldade em manter esse número mínimo exigido:

[...] houve uma redução (do número de catadores), queda do material, muitas

pessoas acabam se tornando catador avulso, tem vantagens, o catador acaba pegando R\$30,00, R\$40,00, pega móveis, alimentos e roupa.

A pesquisa mostrou que os grupos, para se sustentarem, necessitam usufruir das vantagens que o programa propicia às Centrais de Triagem, como a legalização do espaço, a utilização do transporte motorizado (minimizando os riscos e os inconvenientes do uso da carroça), o custeio da infraestrutura (reduzindo as despesas), o que, conseqüentemente, possibilitaria o aumento da renda dos catadores.

Concluindo

A cidade de São Paulo conta com 94 grupos ou cooperativas organizadas que atuam com a catação de resíduos sólidos. Destes, só 15 são parceiros da Prefeitura na gestão das Centrais de Triagem. Os outros 79 necessitam de apoio para se formalizarem, para se constituírem em empreendimentos economicamente solidários, que sejam reais instrumentos de exercício de cidadania em prol de seus direitos. Dentre esses direitos estariam a geração de trabalho e renda, contribuindo para elevar a condição de vida de seus membros, capacitando-os para o trabalho coletivo, com a divisão equitativa das tarefas e dos recursos auferidos. O reconhecimento e a valorização desses grupos de catadores, da sua capacidade de autogestão e de participação ativa nas decisões e implementação de políticas públicas de resíduos sólidos urbanos tornaria os membros do grupo sujeitos aptos a definir os seus rumos, os dos seus

empreendimentos, conscientes do seu papel na conservação dos recursos do ambiente e na melhoria da cidade.

Dentre os resultados obtidos, pode-se afirmar que a falta de apoio, o desconhecimento das premissas da economia solidária e a necessidade premente de subsistência dos partícipes do grupo contribuíram para que a prática do coletivo seja bastante restrita entre os grupos de catadores autônomos envolvidos na coleta seletiva na cidade de São Paulo. Muitas vezes, sua característica de grupo se restringe à utilização de um mesmo espaço físico e, mais raramente, de um mesmo maquinário, quando existente.

O estigma de sujeira que os catadores carregam, a desconsideração que a sociedade tem das atividades que eles executam e a não percepção de que o trabalho deles

contribui para a melhoria da qualidade de vida da cidade podem ser revertidos. A coleta seletiva pode ser uma ferramenta de inclusão dos catadores, um mecanismo socializador, que possibilita o ganho financeiro e transforma os catadores em cidadãos.

A falta de uma ação sistematizada por parte da Prefeitura Municipal de São Paulo junto aos grupos de catadores autônomos organizados tem sido um dos obstáculos para a ampliação do Programa de Coleta Seletiva da Prefeitura de São Paulo.

A legislação vigente contém normas que viabilizam a efetividade do programa, objetivando a ampliação das coletas de resíduos recicláveis, a diminuição de descartes nos aterros e o aumento da participação dos grupos de catadores, mas isso não é suficiente.

Marina Pacheco e Silva

Assistente social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, assistente social da Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria Municipal do Trabalho (São Paulo, Brasil).
mpacheco@usp.br

Helena Ribeiro

Geógrafa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, livre-docente em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, professora titular da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo do Departamento de Saúde Ambiental (São Paulo, Brasil).
lena@usp.br

Notas

- (1) Apostila 2006 – Coleta Seletiva Cidade de São Paulo – Programa Coleta Seletiva – 2006.
- (2) http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/orcamento_2008/detalhamento_despesa_mai2008.pdf
- (3) O contrato destina-se à coleta de lixo convencional na cidade, o custeio das Centrais de Triagem é objeto de outra dotação orçamentária.
- (4) <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/infogeral.php>, acessado em 14.4.2008.
- (5) A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Saúde Pública.
- (6) As Centrais de Triagem são vinculadas à Prefeitura de São Paulo e administradas por cooperativas de catadores que possuem um convênio com o Programa de Coleta Seletiva da Prefeitura de São Paulo. São ao todo 15 Centrais de Triagem que estão situadas em diferentes pontos da cidade. Elas ocupam terrenos municipais e/ou locados pela municipalidade para esse fim. Além do espaço, essas centrais têm toda a infraestrutura mantida pela Prefeitura.
- (7) Apostila 2006 Coleta Seletiva Cidade de São Paulo, Limpurb – 2006, pg. 6.
- (8) Plataforma Lixo e Cidadania para São Paulo, Instituto Pólis, 2000.
- (9) Pesquisa realizada pela FIPE- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, dados de fevereiro de 2000.
- (10) Projeto Formação Cidadã, Capacitação Ocupacional e Aprendizagem de Utilidade Coletiva no Município de São Paulo, Prefeitura de São Paulo, Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade – SDTS, em Parceria com a Unesco – convênio 914BRA3000, 2002.
- (11) Plataforma de Educação Socioambiental do Programa Coleta Seletiva solidária, Instituto Polis, março 2003.
- (12) Programa de Coleta Seletiva e Ecopontos, Relatório Mensal, março de 2007. Prefeitura da Cidade de São Paulo, Secretaria de Serviços, LIMPURB – Departamento de Limpeza Urbana, Divisão de Coleta seletiva e Ecoponto.
- (13) Agenda de Ações 2008 – Política Pública de Coleta Seletiva com inclusão de catadores e catadoras – Fórum do Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo, janeiro de 2008.
- (14) O Contrato de Concessão dos Serviços Divisíveis de Limpeza Urbana em Regime Público foi firmado entre a PMSP e as empresas Loga e Ecurbis em setembro de 2004.

Referências

- ANGELO, I. (2007). "A formiga e o lixo". In: FERREIRA, M.B. (org.). *A vida que a gente quer depende do que a gente faz*. São Paulo, Ecofuturo.
- BESEN, G.R. (2006). *Programas Municipais de Coleta Seletiva em parceria com organizações de catadores na região Metropolitana de São Paulo: desafios e perspectivas*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FSP-USP.
- CALDERONI, S. (1999). *Os bilhões perdidos no lixo*. São Paulo, Humanitas.
- CAMARGO, J.M. (s.d.). Assimetria de Informações e Desemprego. Disponível em: <http://www.banrep.org/economia/semin-lucha-contra-desemprego/camargo.pdf>. Acesso em: 30 mar 2009.
- CORTEGOSO, L. e PORTO, V.C.F.C. (2008). Comportamento humano e normas de conduta em economia solidária: relato de experiência. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722007000400011. Acesso em: 30 jun 2008.
- FOLHA DE S. PAULO (2000). SP produz 15 milhões de quilos de lixo por dia. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/folhatee/fm0506200002.htm>. Acessado em 15 maio 2008.
- _____ (2002). Para catadores, organização é desafio. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1102200203.htm>. Acessado em 14 maio 2008.
- GRIMBERG, E. (2007). *Coleta Seletiva e inclusão de catadores: Fórum do Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo. Experiências e Desafios*. São Paulo, Instituto Pólis.
- HUERTAS, M. R. (1997). Pitta emite novos títulos e remaneja verbas. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff020939.htm>. Acesso em 15 maio 2008.
- KAWACHI, I; SUBRAMANIAN, S.V. e KIM, D. (2008). *Social Capital and Health*. New York, Springer.
- KOWARICK, L. (2000). *Escritos urbanos*. São Paulo, Editora 34.
- LECHAT, N. M. P. (2002). Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/ojs/index.php/civitas/article/view/1/1673>. Acesso em 1 jul 2008.
- LO PRETE, R. O lixo em dois capítulos. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <http://www1folha.uol.com.br/fsp/ombudsma/om1510200002.htm>. Acesso 16 maio 2008.
- LUFT, N. A. (2007). *Educação ambiental e coleta seletiva com inclusão social*. Monografia, Recife.
- MARQUES, E. C. (1999). Redes Sociais e Instituições na construção do Estado e da sua permeabilidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 14, n. 41. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091999000300004&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em 7 jan. 2008.
- MEDEIROS, L. F. R. e MACEDO, K. B. (2006). Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n2/08.pdf>. Acesso em 30 jun 2008.
- MELLO, S. L. et al (ed.). (2005). *Autogestão e Economia Solidária – Uma nova metodologia*. Brasília DF, Ministério do Trabalho e Emprego.
- OLIVEIRA, R. T. (1997). A reciclagem dará certo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 19.08.1997. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff190809.htm>. Acesso em: 15 maio 2008.

- POCHMANN, M. (s.d.). A exclusão Social no Brasil. Disponível em: <http://www.unioeste.br/cursos/cascavél/economia/xv-cbe/001.pdf>. Acesso em 19 fev 2008.
- _____. (org.). (2002). *Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade: novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo, Cortez.
- RIBEIRO, H. et al. (2005). Programas Municipais de Coleta Seletiva de Lixo como fator de sustentabilidade dos sistemas públicos de Saneamento ambiental na Região Metropolitana de São Paulo – Coselix, Relatório Final, São Paulo, Faculdade de Saúde Pública da USP/Centro Universitário Senac.
- RODRIGUES, L. F. e CAVINATO, V. M. (1997). *Lixo de onde vem? Para onde vai?*. São Paulo, Moderna.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Lei Municipal n. 13.478, de 30 de dezembro de 2002. Dispõe sobre a organização do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo; cria e estrutura seu órgão regulador; autoriza o Poder Público a delegar a execução dos serviços públicos mediante concessão ou permissão; institui a Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares – TRSD, a Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde – TRSS e a Taxa de Fiscalização dos Serviços de Limpeza Urbana – FISLURB; cria o Fundo Municipal de Limpeza Urbana – FMLU, e dá outras providências. Diário Oficial do Município, São Paulo.
- _____. Lei Municipal n. 13.430, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre o Plano Diretor Estratégico. Diário Oficial do Município, São Paulo.
- _____. Secretaria Municipal do Trabalho. (s.d.). Atlas do Trabalho e desenvolvimento da cidade de São Paulo. São Paulo.
- SERPA, M. A. N. (2004). *O fenômeno de ocupação dos espaços públicos na cidade de São Paulo – Estudo do Largo São Francisco*. Dissertação de Doutorado. São Paulo, PUC.
- SINGER, P. (2004). Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.br.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200001&Ing=en&nrm=iso. Acesso em 8 jan 2008.
- SMTRAB – Secretaria Municipal do Trabalho. (2005). *Perfil dos Carroceiros na cidade de São Paulo*. São Paulo.
- TOPALOV, C. (1979). *La urbanizacion capitalista algunos elementos para su análisis*. México, Editorial Edicol.
- TORRES, H. G. (2004). Segregação residencial e políticas públicas: São Paulo na década de 1990. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, pp. 41-55.
- VIEIRA, M. A. C. et al (1994). *População de rua : quem é, como vive, como é vista*. São Paulo, Hucitec.
- _____. (1995). “Perfil da população de rua São Paulo”. In: ROSA, C. M. M. (org.). *População de rua: Brasil e Canadá*. São Paulo, Hucitec.
- VIEIROS, M. (2001). Lixo reciclado gera renda para catadores. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <http://www1folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff11022200201.htm>. Acesso em 14 maio 2008.

Recebido em dez/2008
Aprovado em mar/2009

